



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 164

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2019

ANO VIII



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3588
SECRETARIA LEGISLATIVA	3594
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	3596
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	3597

TAQUIGRAFIA

ATA DA 21ª SESSÃO SOLENE PARA ENTREGA DE VOTO DE LOUVOR AO TRIBUNAL DE CONTAS (Em 23 de setembro de 2019)

Presidência do Sr.
Aécio da TV - Deputado

(Às 11 horas e quarenta e quatro minutos é aberta a sessão)

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e Senhores, autoridades, nossos telespectadores que nos acompanham através dessa live da página da Assembleia Legislativa, valorosos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, muito bom dia.

É com grande satisfação que esta Casa Legislativa os recebe nesta manhã para realização da Sessão Solene, para entrega de Voto de Louvor ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

A Assembleia Legislativa, após aprovação em plenário do requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Aécio da TV, realiza nesta data a Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Assim sendo, nós convidamos as nossas autoridades para que tomem assento à Mesa de honra. Convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, Presidente desta Casa de Leis; Excelentíssimo Senhor Deputado Aécio da TV, proponente desta Sessão Solene; Excelentíssimo Senhor Conselheiro Edilson Sousa Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Senhora Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia – IPERON; Senhor Vereador Luan da TV, que neste ato representa a Câmara Municipal de Porto Velho.

Com a palavra Sua Excelência, o Deputado Estadual Aécio da TV que procederá à abertura desta solenidade.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Bom dia a todos. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Sessão Solene para entrega de Voto de Louvor ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

O SR. RONI FREITAS (Mestre de Cerimônias) – Pedimos por gentileza, aqueles que puderem para que nesse momento se coloquem de pé. Juntos cantaremos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Estejam todos à vontade. Nós registramos e agradecemos a presença do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Benedito Antônio Alves, Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; nossas boas-vindas ao Excelentíssimo Senhor Francisco Carvalho da Silva, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Nossa saudação ao Excelentíssimo Senhor José Euler Potyguara, Conselheiro Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Nós queremos saudar com grande alegria o Excelentíssimo Senhor Ernesto Tavares Victoria, Procurador do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; nossos cumprimentos a Excelentíssima Senhora Yvone Fontinelle de Melo, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas; nossa saudação ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Paulo Curi Neto, Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Senhor proponente desta Sessão, com a palavra.

MESA DIRETORA

Presidente: **LAERTE GOMES**
1º Vice-Presidente: **ROSÂNGELA DONADON**
2º Vice-Presidente: **CASSIA MULETA**

1º Secretário: **ISMAEL CRISPIN**
2º Secretário: **DR. NEIDSON**
3º Secretário: **GERALDO DA RONDÔNIA**
4º Secretário: **EDSON MARTINS**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - **Hélder Risler de Oliveira**
Departamento legislativo - **Maria Aparecida Silva N. Lima**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Primeiramente, eu quero agradecer a todos pela presença; agradecer em especial ao nosso Presidente Laerte por estar aqui, até porque ele é o Presidente, eu estou aqui sentado porque ele mesmo pediu que eu presidisse aqui esta Sessão Solene. Eu quero agradecer ao Presidente Laerte e, em nome dele, agradecer toda a Casa, todos os servidores da nossa Assembleia Legislativa. Em nome do nosso Presidente do Tribunal de Contas, em nome do Dr. Edilson eu quero cumprimentar a todos do Tribunal de Contas e agradecer pela presença de vocês. É muito importante a presença de vocês, porque afinal de contas o Tribunal de Contas está sendo homenageado, não é apenas o Presidente, mas todo o Tribunal de Contas pelo trabalho, por este exemplo.

Então, eu quero agradecer imensamente a presença dos senhores. Quero agradecer ao Vereador Luan que está aqui representando a Câmara Municipal; agradecer aqui a presença da nossa equipe, ela é muito grande, aqui têm muitos que não são da minha equipe ainda, mas como ela é muito grande a equipe do meu gabinete está presente aqui e eu quero agradecê-los. Quero agradecer a Rejane Sampaio, Presidente do Iperon, pela sua presença aqui conosco. Rejane, seja bem-vinda. É muito bom ter você aqui conosco, fico feliz com a tua presença. Quero agradecer a todos e dizer que este momento é um momento único e especial.

Eu não vou fazer discurso agora, porque depois eu tenho que contar umas historinhas, Dr. Edilson, deixa para o momento oportuno. Mas eu quero dizer que esta homenagem partiu porque todos aqui da Assembleia sabem da nossa linha de trabalho desde o primeiro mandato, há sete anos, quando iniciamos o mandato como Vereador, essa linha de austeridade, de responsabilidade com a coisa pública, de economia de dinheiro público. Quando eu fiquei sabendo que o Tribunal de Contas tinha feito esse gesto de pegar um recurso que era dele - que ele poderia investir na própria estrutura dele -, e devolver ao Executivo para devolver a sociedade, isso me encheu de orgulho, e eu falei: preciso fazer esta homenagem ao Tribunal de Contas. Porque cumprir o ofício, o dever de estar fiscalizando já é muito bacana, mas quando você dá um exemplo desses, você não precisa falar nada, como diz - não é, Bené? -, o exemplo arrasta, não é? Então como órgão fiscalizador fazer esse exemplo de devolver esse recurso para a sociedade, eu fiquei maravilhado e por isso esta justa homenagem. Nós temos um vídeo. Vamos ver esse vídeo, então.

(Execução de vídeo)

Merece a salva de palmas, de pé. É bacana ver. Ver aquele cidadão se emocionando foi a parte, para mim, mais emocionante de todo o vídeo. O cidadão comum, o contribuinte, o que está lá na ponta, o que não está aqui, o que não faz parte de nenhum dos Poderes e o que se emociona com essa atitude é a parte que mais me comove nessa história, Presidente. Porque é isso aí: é devolver para ele. A construção do hospital é para ele, é para o cidadão carente. Eu falo todos, desde o de menor poder aquisitivo. Quando ele vai ao supermercado comprar o litro de leite para sustentar o filhinho dele, ele está sendo o nosso patrão, ele está, com o imposto dele, ajudando nesses R\$ 50 milhões aí. Ele está devolvendo para a sociedade. Isso aí é algo, esse exemplo tem que.... Eu estava conversando com o Conselheiro ali antes, um pouquinho sobre nós deputados. Um deputado da Suécia, porque tem um

orçamento bem pequenininho, tem lá no seu gabinetezinho apenas um assessor. Ele faz o cafezinho dele, ele limpa, ele pega o ônibus, ele vai de bicicleta, e fala: tem alguma diferença? Tem alguma diferença entre ele e a gente? Tem alguma diferença entre o deputado e...? O nosso não é ainda o maior orçamento. Mas um deputado aí de uma Assembleia como Mato Grosso, Amazonas, onde uma Assembleia tem um orçamento de quase R\$ 400 milhões, e um vereador lá de Pimenteiras, o menor município de Rondônia, que legisla do mesmo jeito. Ele não tem nenhum assessor, mas ele vota. Ele tem que votar os projetos do município, da população dele. E por que ele custa tão pouquinho e por que nós deputados custamos tão caro para a sociedade? Os nossos orçamentos são faraônicos, é um negócio que não dá para entender, mas depois nós vamos falar sobre isso. Mas agora, eu quero abrir para as manifestações e o primeiro que eu vou convidar para fazer uso da palavra é o Vereador Luan da TV, ele está aqui representando a Câmara Municipal de Porto Velho. O Luan nunca gostou muito de falar não, mas ele aos poucos está engrenando aí, ele tem um sobrenome aí, ele tem um sobrenome diferente, não é, Deputado Laerte? Luan da TV, não é?!

Com a palavra o Luan da TV. Você vai usar a tribuna ou vai falar daí mesmo, Luan? Então está bom.

O SR. LUAN DA TV – Bom dia a todos. Quero aqui cumprimentar toda a Mesa, quero cumprimentar o Presidente da Assembleia, Deputado Laerte Gomes; cumprimentar também a Rejane, Presidente do Iperon; cumprimentar o Deputado Aécio da TV e cumprimentar o nosso Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Edilson. Também cumprimentar todos os membros do Tribunal de Contas, todos os Conselheiros; cumprimentar também a toda a Assembleia Legislativa, todos os funcionários; cumprimentar também a todos do gabinete do Deputado Aécio da TV.

Deputado, quando o senhor me convidou, o senhor, semana passada falou: "Luan, na segunda-feira teremos a entrega do Voto de Louvor ao Tribunal de Contas", e aí na hora eu respondi: "pai, já chegou o convite lá no meu gabinete e com certeza estarei presente". Estarei presente porque é uma honra estar aqui, junto desta homenagem ao Tribunal de Contas. Nós que no nosso mandato nos baseamos muito na economia, em que o dinheiro tem que ser investido no contribuinte, que o dinheiro tem que ser investido na população, que é quem paga o nosso salário, é quem paga os impostos para manter toda a estrutura governamental. Então, não tinha como eu não vir à homenagem, porque é um exemplo o que o Tribunal está fazendo. Porque é um dinheiro que poderia ser investido no próprio Tribunal, na sua estrutura e ele está investindo em quem precisa, em quem realmente necessita desse dinheiro, R\$ 50 milhões. Nós sabemos que hoje o nosso hospital do nosso Estado não suporta e com esse dinheiro eu tenho certeza que irá ajudar quem necessita. Então, quero aqui parabenizar a todos os Conselheiros, toda a equipe do Tribunal de Contas em nome do Presidente Edilson, é um prazer estar nesta homenagem. Parabéns, Deputado, por ter proposto esta homenagem, é de grande valor para o nosso Estado de Rondônia. Parabéns, Presidente.

O SR AÉLCIO DA TV (Presidente) – É o da TV, ele está, está virando da TV, até na fala já. Dá orgulho porque o Luan sempre foi muito quieto, nunca gostou muito de falar, mas ele, eu falo com ele: “aquela Câmara ali, a Câmara Municipal ali, ali é frigideira”.

Eu quero convidar agora para fazer uso da palavra, a senhora Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia. Se a senhora quiser usar a tribuna ou se quiser, pode ficar a vontade aí.

A SRA. MARIA REJANE SAMPAIO DOS SANTOS VIEIRA – Bom dia senhoras e senhores. Excelentíssimo Senhor Deputado Laerte Gomes, Deputado Aécio da TV, Conselheiro Edilson Sousa, Vereador Luan da TV, servidores do Tribunal de Contas, senhores Conselheiros, membros do Ministério Públicos de Contas, Diretor Administrativo do Iperon, servidores da Assembleia Legislativa aqui presentes, um bom-dia a todos.

É com muita honra que eu uso, com brevíssimas palavras aqui neste momento, para parabenizar o Tribunal de Contas pela ação, por esta adoção de medidas que buscam alcançar dois grandes problemas de extrema sensibilidade para o Estado de Rondônia: a saúde pública através da injeção de recursos financeiros, monetários, para a construção do Heuro tão sonhado, e também recursos que serão vertidos para o fundo financeiro do Iperon e, efetivamente todo o Estado de Rondônia, independentemente de sermos servidores públicos ou não, devemos congratulá-los por esta medida, porque salvaguarda dois pontos cruciais para o Estado, e repercutem favoravelmente nas políticas, nas demais políticas públicas que devem ser empreendidas no âmbito do Estado de Rondônia.

Eu ousar dizer que o problema que nós temos hoje com déficit atuarial que já se avizinha, que já está apontado nos relatórios para 2021, isso sem considerar qualquer tipo de perspectiva com a PEC 06 de 2019, porque ainda nós estamos fechando um estudo, os nossos atuários estão fechando um estudo para que nós possamos efetivamente saber qual o impacto, o eventual impacto dessa PEC 06 para o Estado de Rondônia. Mas, nós já sabemos que há um déficit atuarial já apontado para o ano 2021. Hoje, com as perspectivas, com os números que nós temos, em 2021 nós teremos um déficit atuarial, um déficit financeiro de mais de R\$ 600 milhões. Isso é muito grave. Isso deve ser dito e deve ser pensado com muita maturidade por todas as autoridades do Estado. E quando vemos ações como essas, Conselheiros, isso nos alegra porque estamos vendo que a Corte de Contas efetivamente está preocupada com este tema e isso, inevitavelmente, favorecerá o fundo financeiro de alguma forma. Então, meus parabéns.

Agradeço como gestora do RPPS do Estado de Rondônia, como servidora do Estado de Rondônia, na qualidade de Procuradora de Estado, mas, acima de tudo, como cidadã deste Estado.

Porque vejo que medidas como essas vão trazer repercussões favoráveis, passo a passo, para que nós possamos fortalecer o nosso Estado. Então, muito obrigada.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Quero convidar agora para fazer uso da palavra o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, meu amigo Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, Deputado Aécio da TV, que preside esta Sessão, o qual eu quero parabenizar

pela iniciativa que o Deputado Aécio teve com o apoio de todos os parlamentares desta Casa, bom que se diga por unanimidade, foi aprovado e pela conduta que tem tido neste Parlamento. O Deputado Aécio tem uma linha de trabalho, é dele e que nós todos respeitamos muito porque a economia que faz, sempre devolve para as áreas que são essenciais para o Estado. É dessa forma, cada parlamentar tem uma forma de atuar. Têm deputados que têm mais uma base no interior e usa mais estrutura, Deputado Aécio, a sua linha de atuação, ele sempre, todo ano faz isso e esses recursos sempre são devolvidos para a Assembleia, ao Estado, para que, principalmente, seja investido na área da saúde. Então, quero te parabenizar, Deputado Aécio, pelo seu trabalho, pela sua conduta, pela sua postura aqui dentro deste Parlamento.

Cumprimentar aqui o Vereador Luan da TV, que é a sequência do Deputado Aécio, que é a sequência do Deputado Aécio. Também faz um grande trabalho na Câmara de Vereadores, Luan, parabéns pela sua postura, um menino educado de postura, de caráter, muito bem criado pelos seus pais.

Cumprimentar aqui a Maria Rejane Sampaio, nossa Presidente do Iperon, que coloca aqui as suas preocupações com Instituto de Previdência. Logicamente que quando a gente chega a uma situação dessas, é pelos descasos que tivemos no passado. Se tivermos órgãos de controle, se tivéssemos órgãos de controle mais atuantes há vinte, trinta anos, com certeza não estaríamos nesta situação. Mas é uma preocupação de todos, é uma responsabilidade de todos que vamos ter que encarar, vamos ter que enfrentar esses desafios. Talvez se a União assumisse as suas responsabilidades, as suas dívidas com Rondônia, Maria Rejane, talvez, a gente não precisasse passar por isso. Mas é um tema que vai ser muito debatido ainda. E quero te parabenizar pela tua gestão à frente do Iperon.

Cumprimentar aqui o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Edilson, em seu nome quero aproveitar cumprimentar o Conselheiro Paulo Curi, quase não conheci com esse visual novo - não é, Paulo Curi? -; Conselheiro Benedito, Conselheiro Francisco e Conselheiro Dr. Euler Potyguara, uma alegria tê-lo aqui juntamente com os nossos Procuradores Dr. Ernesto Tavares e a Dra. Yvonete Fontinelle, junto aos quais, eu cumprimento todos os servidores também do Tribunal de Contas, da Assembleia, e cumprimento também a imprensa que está aqui, os amigos que estão em casa.

Parabenizar, Presidente Edilson, pela iniciativa que o Tribunal de Contas teve. Eu pude acompanhar isso desde o começo, o esforço que vocês realizaram sob a presidência de Vossa Excelência, com apoio de todos os Conselheiros por unanimidade, com certeza do Ministério Público de Contas também, quando faz esse gesto. Eu sempre falo que, na vida, um gesto vale mais do que uma ação. O gesto que Vossas Excelências fizeram é um gesto que tem que impregnar em todos os Poderes, todos fazerem a sua parte.

Como muito bem disse o Deputado Aécio, o momento que nós vivenciamos hoje é outro, é diferente, todos nós temos que entender essa nova política. E a nova política não é trocar as pessoas, A nova política é trocar as atitudes. Nós não podemos jamais abrir mão da experiência das pessoas que têm um trabalho sério voltado à população por querer botar o novo pelo novo, talvez, sem experiência e conhecimento

nenhum. Tem que trocar os ruins e os bons permanecerem.

No meu entendimento a nova política é essa, e os gestos mudarem, as atitudes mudarem. E o Tribunal de Contas nos mostra esse caminho com a ação que fez de devolver esses recursos ao Poder Executivo para serem aplicados na saúde, na construção do novo João Paulo, ou na aquisição de equipamentos e no Iperon, dando esse sinal de que todos vamos precisar abraçar para salvar o Iperon.

Então, são gestos como esse que fazem, que fazem todos entenderem que o momento, que o que o cidadão exige, que o que o eleitor quer é mudança de atitude. E nós, Presidente Edilson, à frente da Assembleia Legislativa por 6, 7 meses, nós temos procurado fazer esse caminho. Nós temos mais de R\$ 30, R\$ 35 milhões já economizados, cortando contratos, revendo contratos, tirando despesas. Nossa próxima ação agora é leiloar todos os carros da parte administrativa e já abrimos o processo de contratação de aplicativos para que os nossos servidores possam andar, Dr. Euler. Com isso, nós vamos economizar combustível, manutenção, motorista, pneu, enfim, tudo para fazer economicidade, tudo para chegar ao final do ano fazer o mesmo gesto, a mesma ação que o Tribunal de Contas nos inspirou, que é a devolução para o Poder Executivo, para que ele possa aplicar para o bem da população. E nós temos muitas áreas, área da saúde como a construção do João Paulo, o Iperon, infraestrutura nos municípios, mas não podemos esquecer também, Presidente Edilson, que nós precisamos olhar e ajudar a manter algumas unidades no Estado que são fundamentais para nós. Falo aqui do Hospital do Amor, aqui em Porto Velho, que passa por dificuldades porque o que recebe do SUS hoje, não mantém o custo. E nós precisamos fazer esse gesto de contribuição e a Assembleia vai fazer isso. Assim como o Santa Marcelina, assim como o Hospital Daniel Comboni, no Município de Cacoal; assim como as entidades que tratam e é importante a gente falar isso que muitas vezes se esquecem disso, dos usuários, dos dependentes químicos, muitas instituições sérias que não têm apoio nenhum, apoio nenhum. Eu acho que o poder público precisa, precisa ajudar a cuidar de mais importante que Deus colocou aqui na terra, que é a vida das pessoas. Preocupa-nos muito a vida do ser humano. Nos preocupamos muito, às vezes, com construções, com obras, mas esquecemos de cuidar de pessoas, de pessoas. A gente quando vai vendo uma certa, vai passando a idade, Dr. Euler, vai passando do meio para o final, como nós já estamos, Conselheiro Francisco, você vai vendo que a vida é muito rápida, muito passageira e que a gente tem que ser melhor, se tornar um cidadão melhor. E só se torna um cidadão melhor fazendo o bem, cuidando de pessoas.

Então, eu acho que esse gesto que o Tribunal de Contas faz, abrindo mão de construir um prédio, que talvez, houvesse necessidade, mas para investir na saúde para cuidar, Deputado Aécio - Presidente Aécio, o Deputado Jair Montes chegou -, para cuidar de pessoas. E esse é o sentimento, toda a Assembleia, todos os 24 deputados, eu quero registrar aqui todos, quando nós sentamos, chamamos o Presidente, sentamos com ele e colocamos as nossas ideias e ouvimos, e todo mundo, por unanimidade, concordou com a nossa economicidade para poder investir em pessoas. Pegar esse dinheiro que nós economizamos devolver para o Estado para fazer ações que possam melhorar a qualidade de vida das pessoas. Por isso eu

quero aqui mais uma vez parabenizar o Tribunal de Contas, fez uma ação maravilhosa, fez um gesto gigante que todos deveríamos seguir. A Assembleia já está seguindo, os demais Poderes têm que seguir.

Quando o nosso Deputado Aécio fala da sua atuação política, e eu tenho o maior respeito, cada deputado tem a sua, mas não é só na Assembleia, Deputado Aécio, os Poderes também precisam chegar a isso. O momento está mudando, as coisas estão mudando. Precisamos todos abrir mão de alguma coisa. Não é possível mais, não é possível mais todos quererem tudo. Então, a gente precisa se despir da vaidade, precisa ter uma reflexão para que todos possam abrir mão de alguma coisa para economizar em prol do nosso Estado.

Eu quero finalizar com a preocupação muito forte da questão do Iperon. Os dados que a nossa Presidente encaminhou através do cálculo atuarial, eu recebi, nos mostra que se não fizermos alguma coisa, nós vamos ter um Estado, um Rio Grande do Sul aqui em Rondônia. Daqui a pouco o Estado vai ter que pagar um por um; um efetivo, um aposentado para um efetivo. Então, nós precisamos ter muita responsabilidade com isso. Nós precisamos buscar ideias, mecanismos, saídas, para que não aconteça isso no Estado.

Eu sempre defendo, que nós somos um Estado rico, um Estado grandioso na sua área territorial, maior que Paraná, maior que São Paulo, um Estado com potencial de explorar o que nós temos de melhor, e o que nós temos de melhor não é indústria de carro, não é indústria de avião, não é metalúrgica, não é roupa, que pode ser, mas não é, o que nós temos de melhor é a roça mesmo. Então, nós temos uma área, um Estado maravilhoso, que chove, que Deus abençoou, e, se nós pegarmos a nossa produção, Deputado Aécio, em todos os segmentos, é pífia, pífia! Nós temos potencial para multiplicar por sete, oito, dez vezes na mesma área que já está aberta.

Não precisa derrubar uma árvore, com investimento em tecnologia, com programas de Estado, que aí sim, nós vamos trazer indústria para cá para agregar valor no que nós produzimos. E a única forma de nós melhorarmos o nosso orçamento, estão aqui os técnicos que conhecem muito, milhões de vezes mais que eu, mas, eu como sou da roça, do interior, e tenho pouco estudo, eu acredito que a única forma de nós aumentarmos o nosso orçamento, termos um orçamento digno de um Estado como Rondônia, termos uma renda per capita melhor para o cidadão, é investindo na nossa aptidão, que é a roça. Nós precisamos fazer isso. Ou nós vamos fazer isso ou nós vamos quebrar. Nós vamos quebrar, Conselheiro Benedito, nós vamos quebrar. Nós precisamos ter aptidão de cada região. O Estado precisa - eu sempre falo que o grande não atrapalhando, está uma maravilha. Nós estivemos em Vilhena agora, na abertura da safra de soja, eu disse isso, inclusive, passou ao vivo para todo o Brasil, e lá só tinha grande.

Eu falei: "nós não podemos fazer nada por vocês, nós não atrapalhando vocês, já é a maior ajuda que nós podemos dar para vocês". Não atrapalhar é dar estrada de qualidade, é dar infraestrutura para eles, o resto eles fazem. Agora, o nosso Estado é composto por pequenos e médios produtores. Esses, o Estado tem que estar ali, tem que subsidiar, tem que estar próximo, tem que investir, que é a única forma de nós aumentarmos a nossa produção. E, Rejane, aumentarmos o nosso orçamento para poder cumprir, para poder cobrir esses

rombos que estão por vir. Nós estamos falando de Iperon, nós podemos falar de precatórios, nós poderíamos falar da dívida do Beron, nós poderíamos falar da Caerd, de tantas outras bombas armadas que estão para vir. Então, nós temos que ter uma reflexão muito grande nisso. Não basta só nós economizarmos e termos que fazer isso, isso só não vai resolver. Nós precisamos ter política de Estado para aumentar o nosso orçamento. Esse tem que ser o foco, sem aumentar a despesa. Nós precisamos fazer isso para que Rondônia tenha um futuro que todos nós esperamos e almejamos que é um Estado cada vez mais pujante, que cresce.

Quero finalizar aqui e parabenizar mais uma vez o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas esse exemplo. O Tribunal de Contas hoje, talvez, seja o órgão do Estado que mais dá exemplo no Brasil, é muito atualizado. É tão atualizado que, às vezes, até, Presidente, eu sempre brinco com o Presidente, nem eles entendem, mas por que sempre procura se renovar, se atualizar. É um órgão de controle, mas que também exerce o seu papel de parceiro; de parceiro dos municípios do Estado aconselhando, mostrando os caminhos, porque também não adianta a gente só punir por punir, não adianta, isso não vai resolver. Muitas vezes é muito melhor a gente evitar o problema, evitar o erro, Dr. Euler, porque com certeza não vai ter prejuízo para o erário. Eu sempre digo que se nós pegarmos hoje os nossos gestores que têm processo, que foram condenados, Tribunal de Contas, ação de improbidade, 80% é por erro técnico, por falta de conhecimento. Lógico que têm os que cometeram os atos ilícitos, mas, Dr. Paulo, muitos desses foi falta de conhecimento, falta de defesa. Então, o Tribunal exerce esse papel hoje, Conselheiro Edilson, e eu quero te parabenizar pela forma que vocês estão conduzindo desde o Dr. Euler, os outros presidentes.

O Tribunal tem avançado, tem melhorado a cada ano e hoje é um orgulho para todos nós aqui de Rondônia, tanto é que o Tribunal de Contas do Estado se destaca em nível nacional.

Parabéns, Deputado Aécio, justa homenagem Vossa Excelência fez hoje, justíssima homenagem, que esse exemplo que o Tribunal de Contas fez possa esparramar a todos os Poderes, municípios, Câmaras de Vereadores, Assembleia que já está fazendo, para a gente poder todos juntos, contribuirmos para ter um Estado melhor e com menos desigualdade social.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Obrigado, Presidente Laerte. Principalmente, eu quero fazer aqui um breve comentário, o Presidente Laerte, quando da sua eleição aqui na Casa, a gente já tinha o compromisso do Presidente anterior em devolver os recursos economizados por cada deputado que fizer sua economia, esse recurso pode ser remanejado no exercício seguinte para o Executivo, para você direcionar para onde vai ser aplicado esse recurso que o gabinete economiza.

E o Presidente Laerte tem honrado esse compromisso. A nossa economia de 2017, que acabou sendo remanejada no mês de janeiro, mas o financeiro acabou caindo depois porque foi feito o remanejamento no finalzinho do mandato. Ele honrou um milhão cento e trinta mil reais da nossa economia para o Hospital do Câncer e já estamos trabalhando o remanejamento de 2018, um milhão duzentos e cinquenta e sete mil reais do

nosso gabinete para compra de um angiógrafo para o Hospital de Base. Então, ele está honrando o compromisso e vai continuar, eu tenho certeza, porque é um cabra de palavra. E a Assembleia tem abraçado a ideia, tanto é que a Assembleia vai agora condensar ainda mais para que a própria Assembleia também esteja fazendo esse remanejamento que é extremamente importante e eu tenho certeza que vai dar exemplo para muitas Assembleias do Brasil.

Quero agora convidar para fazer uso da palavra, o Deputado Jair Montes, ele acabou de chegar e é sempre bem-vindo. Seja bem-vindo aqui a nossa cerimônia. Deputado Jair Montes que foi vereador junto comigo lá na Câmara Municipal, e hoje está aqui conosco.

O SR. JAIR MONTES – Presidente Aécio, o qual é o proponente dessa linda homenagem ao Tribunal de Contas. Eu estou aqui muito honrado, eu fiz questão de... Não vim adequado para essa cerimônia, que é uma correria muito grande e a gente também está aprendendo aqui no Parlamento. Na Câmara é bem diferente daqui da Assembleia e estou assim, todo remendado, igual ao Deputado Laerte, está bonito com tênis no pé. Mas o importante é a gente estar aqui e fazer essa linda homenagem a essa Instituição que tanto merece.

Então, em nome do Deputado Aécio que preside esta Sessão, é o proponente desta tão linda honraria, em nome do meu Presidente Laerte Gomes, eu cumprimento todos aqui nesta nossa Casa de Leis. Em nome do Presidente Edilson, Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro, eu cumprimento todos vocês, os Conselheiros do Tribunal de Contas. Em nome da Dra. Yvonete, do Ministério Público de Contas, eu cumprimento todas as mulheres e todas as servidoras do Tribunal de Contas.

Senhoras e senhores, aquilo que foi falado aqui pelo nosso Presidente Laerte, e eu estava em Manaus agora participando - o Conselheiro Francisco, que acho já participou quando deputado -, do Parlamento Amazônico, do qual eu fui escolhido Presidente da Comissão de Minas e Energia para os Estados da região norte. E ali nós estávamos falando, e eu falando com o Presidente Josué, que é o Presidente da Assembleia do Amazonas, e ele me falava naquele momento, falando que a coisa mais importante, Presidente Edilson, é a harmonia entre os Poderes. E essa harmonia tem que vir também do respeito. Nós estamos todos no mesmo barco, ninguém tem barco diferente. Quem achar que estamos em barco diferente, está enganado. Todos estão no mesmo barco: Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, o Executivo, o Executivo Municipal, todos estão no mesmo barco, tem que existir o respeito; acima de tudo, o respeito. E ele me contava, Presidente Edilson, eu fiquei até assim, parabenizei ele, parabenizei também o Presidente do Tribunal de Contas, estava lá no almoço que nós fizemos, e o Tribunal de Justiça também estava junto e ele falava o seguinte: "chegou o momento que eu não ia alcançar, eu não ia fechar a Lei de Responsabilidade Fiscal estava fora, eu ia ficar fora e faltou R\$ 5 milhões, eu cortei tudo que tinha para cortar e agora, cadê? Ia ficar ímprobo". Sabe o que é que aconteceu? O Presidente do Tribunal de Contas ligou para ele, ele foi ao TCE no Amazonas e o cara falou: "olha, nós cortamos aqui, sobrou um dinheiro, eu vou doar para Assembleia para você poder fechar as suas

contas". E assim o Presidente o fez, fez a doação para Assembleia Legislativa de R\$ 5 milhões para o Presidente daquela Casa, fechar. Isso por quê? Porque existe respeito, existe harmonia, porque estamos no mesmo barco. Quando o Tribunal de Contas, e eu não falo aqui em nome aqui dos Conselheiros, mas eu falo em nome de toda a Instituição, quando fez, Conselheiro Benedito, quando fez a economicidade, e poderia muito bem ter uma casa mais bonita do que já tem, mas muitas vezes pensamos: - para que mais bonita do que já temos? Essa que está aqui já nos atende. E fizeram a coisa muito, muito bonita que foi fazer essa doação de R\$ 50 milhões para o Governo do Estado e mais precisamente para a saúde que tanto precisa. Eu venho falando isso aqui. Hoje fizemos aquela reunião lá no Tribunal de Contas, Conselheiro Edilson, muito bem, o senhor, o Crispin, o próprio Conselheiro Benedito, muito bem conduzida por vocês, o Tribunal de..., o MP junto, os Secretários juntos, os Deputados juntos, tanto federais e estaduais, e é muito fácil sentar à mesa e definirmos. Nós temos que cumprir a regra, nós temos que cumprir a Lei. Mas, não é muito mais fácil definirmos juntos isso? Vocês são servidores públicos, eu estou deputado, amanhã já não sou mais nada, amanhã eu posso voltar a minha vida normal, não ser reeleito, sei lá, sair da vida pública. Mas o servidor público continuará sempre servidor público.

Então, é muito importante esse respeito entre servidores, é muito importante. E a gente fala muito em amor ao semelhante, amor ao ser humano, amor a outra pessoa. Mas muitas das vezes nós só olhamos a nossa vida, como é que está os meus filhos, a minha esposa, a minha família; se eles estão bem, ótimo. O meu vizinho ao lado, da frente, de trás com fome, necessidade, eu não tenho nada a ver com isso, o importante é a minha família. E graças a Deus essa mentalidade vem mudando e ela pode mudar mais ainda. E o Deputado Aécio falou uma coisa, eu falei até para o Deputado Aécio: "Deputado, o senhor vai ser o meu governador de 2022, se o senhor tiver coragem de fazer o que o senhor falou, vai ser o meu governador". Porque nós temos que rever todos os repasses do Poderes, tem que rever os repasses do Poderes, é hora de sentar, tem dinheiro sobrando. Às vezes eu não tenho direito a 14º, 15º, mas tem gente que está tendo. O servidor público é um só. Então, rever não custa nada. A Assembleia agora está fazendo uma economicidade, já tem R\$ 30 milhões em caixa.

Então, às vezes, esse valor não precisa todo, mas o servidor precisa, há quanto anos o servidor público do Estado de Rondônia, Presidente Edilson, está sem pelo menos realinhamento, pelo menos equiparando a inflação. Eu falo isso aqui para todo mundo. Eu venho falando, pregando e batendo nesta tecla, a bolha estourou na mão de um Coronel que é servidor público. E daqui a pouco falar: meu Deus, fazer o que? E quando o cidadão vem, ele vem para cima mesmo com gosto de gás e tem razão, porque aqueles R\$ 5 mil de quatro anos atrás, de oito anos atrás, Conselheiro Francisco, não vale mais hoje. Lá em casa quem faz mercado, quem vai para a feira sou eu. Então eu sei quanto custa e o quando aumentou. Então aquilo que valia há oito anos, há quatro anos não vale mais hoje. Então, são essas questões que nós temos que trabalhar.

Às vezes, no Estado e no município é muito elefante branco, ele é muito engessado, é muito grande, é muita gente.

E, às vezes, é tanta gente que acaba muitos trabalhando

muito e outros não fazendo nada. E a caba atrapalhando todo mundo.

Às vezes está na hora de enxugar. E aproveitar, isso tudo passa pelo Tribunal de Contas, esse aconselhamento aos gestores. E o gestor inteligente é aquele que ouve, o gestor inteligente é aquele que procura, procura conselho. Quando eu era jovem, meu pai me chamava: - meu filho, vou lhe aconselhar. Eu falava o seguinte: "se conselho fosse bom não dava, vendia; papai, deixa que eu sei tocar minha vida". E agora que me tornei adulto e tenho os meus filhos, eu falo as mesmas coisas para os meus filhos, eu acho que o que eu pensava, os meus filhos pensam. Mas quando chega numa idade, que eu cheguei aos meus 48 anos de idade eu vi que, muitas vezes, pelo atalho é muito mais fácil. Se eu tivesse feito um atalho da minha vida não tinha passado por muitas dissabores que eu passei na vida. Então eu quero aqui parabenizar o meu Conselheiro Edilson, parabéns. Esse é o papel do Tribunal de Contas, primeiro lugar: aconselhar, antes de punir, orienta, orienta, chama para conversar. Eu fiz essa reunião lá com o Presidente junto com mais dois Conselheiros e falei: Estão fazendo isso? "Estamos. Nós temos uma equipe técnica hoje preparada, agora o gestor tem que vir aqui e fazer o que? Trazer sua equipe técnica". Muitas vezes o assessor engana o gestor. Então, essa reflexão tem que ser feita com todos nós, a começar por vocês e vocês estão de parabéns por isso. Então eu fico muito orgulhoso. E eu falei lá no Amazonas, lá em Manaus: nós temos um Tribunal de Contas hoje que é referência para o Estado, é referência para o Brasil. E continue assim. Muitos de vocês daqui uns dias estão se aposentando. Eu me lembro muito bem do Conselheiro Edilson, eu estudava na Escola 21 de Abril, fazia a quinta série, oitava série e o Jessé, que é irmão dele, estudava comigo. O Edilson tinha um Fiat amarelinho, eu acho - não é, Edilson? Eu tenho certeza que o Edilson nem sonhava um dia ser Presidente do Tribunal de Contas, muito menos Conselheiro e muito menos Presidente do Tribunal de Contas. E hoje ele está aí, chegou.

Então, muitas das vezes, eu também nunca sonhei, a gente sonha, mas nunca pensei em chegar a Assembleia Legislativa e cheguei, graças a Deus. Então, nós temos que fazer uma coisa da nossa vida, 'fazer a diferença'. Nós temos que passar pela vida pública e deixar um legado, um legado. Nós somos seres humanos, hoje todo mundo está à mercê, ninguém é eterno, todo mundo está à mercê de algo, ou uma doença grave ou um ataque cardíaco ou sei lá. Então a gente às vezes quer ser muito, e não! Nós somos iguais, desde o maior até ao menor, nós temos que ter o amor pelo ser humano, o carinho. E eu estou aqui parabenizando o Deputado Aécio pela propositura que o senhor faz ao Tribunal de contas.

Parabéns ao Tribunal de Contas. Pela condição de Deputado Estadual, estou aqui em meu gabinete de portas abertas, aquilo que precisarem, tanto vocês do alto escalão, quanto vocês também, os assessores, contem comigo, contem com o meu apoio.

No mais, que Deus abençoe a todos e vocês fizeram algo que impactou Rondônia, impactou a mim. Eu já falei para o Deputado Laerte do dinheiro a gente economizou aqui - não é, Deputado Laerte? -, tem a minha contribuição daquilo que eu quero contribuir também com a parte da Saúde. Eu quero ver um dia o João Paulo II, que um dia era Hospital da Eletronorte, que meu pai ficou internado lá na UTI, esse

guerreiro João Paulo II vem segurando o Estado de Rondônia por muitos anos. Eu quero ter a oportunidade um dia, e eu peço a Deus que seja ainda no meu mandato de deputado, de adentrar num Hospital bonito e maravilhoso com a doação de vocês, com a doação da Assembleia legislativa, com a doação também do Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública. Se todos nós tirarmos um pouco nosso e doarmos, nós teremos esse sonho e essa realidade acontecendo no Estado de Rondônia. No mais, muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) -

Neste momento senhoras e senhores, nós iremos materializar este momento importante. Nós pedimos, por gentileza, ao Excelentíssimo Deputado Aécio da TV para que se dirija à frente da Mesa de Honra, porque neste ato, nós iremos iniciar a cerimônia de entrega de Voto de Louvor ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. O senhor fique à vontade para receber e recepcionar os demais.

Nós também queremos convidar para que esteja junto ao nosso Deputado Aécio, o nosso Presidente desta Casa de Leis, o nosso Deputado Laerte Gomes, e também o Deputado Jair. Deputado Jair, por gentileza, também junto ao nosso proponente.

Nós convidamos, com o carinho de todos vocês, ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro Edilson de Souza Silva, Presidente do Tribunal de Contas, para que se dirija à frente e seja agraciado com este Voto de Louvor. Uma calorosa salva de palmas.

Nós queremos convidar para que também, nesta mesma emoção, nesta mesma posição junto aos demais, convidamos ao Excelentíssimo Senhor José Euler Potyguara, Conselheiro Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Francisco Carvalho da Silva, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Conselheiro Benedito Antônio Alves, Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Conselheiro Paulo Curi Neto, Corregedor-Geral do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Este é o momento em que nós iremos materializar este Voto de Louvor com a entrega desta placa que lhes rende essa homenagem tão preciosa e tão oportuna.

Deputado Aécio, está em suas mãos agora essa honraria que o senhor confere primeiramente ao senhor Edilson de Souza Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Nós iremos flexibilizar e os senhores Procuradores podem estar também juntos conosco. Por gentileza, todos eles. O nosso Presidente faz questão. Por gentileza, os senhores podem vir: Yvonete Fontinelle de Melo, Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas; Excelentíssimo Senhor Ernesto Tavares Victoria, Procurador do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Sejam bem-vindos.

“Em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol da sociedade rondoniense, com enfoque na atuação preventiva, no intuito de desenvolver sua missão com respeito ao patrimônio público e a primazia no lidar com o erário da Administração Pública, a nossa Assembleia Legislativa, através do proponente, Deputado Aécio da TV, rende estas homenagens”.

Com a palavra.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Presidente, como eu disse pessoalmente ali, o Tribunal de Contas, por si só, pelo trabalho que faz, já merece homenagem, pelo trabalho de fiscalizar, de orientar a aplicação do recurso público já é digno desse reconhecimento. Mas pelo exemplo que o Tribunal de Contas fez, R\$ 75 milhões saíram dos cofres do Tribunal de Contas, R\$ 50 milhões só para devolver para a sociedade, para a saúde da população do Estado de Rondônia. Então, por esse ato, por essa atitude, por esse exemplo, em reconhecimento ao trabalho dos senhores, recebam esta simples homenagem, porque nós sabemos que os senhores merecem muito mais do que isso, pelo exemplo que foi dado para todos os Poderes, para todas as instituições do Brasil afora. Parabéns, Presidente.

(Momento da entrega do Voto de Louvor)

O SR. EDILSON DE SOUSA SILVA – Obrigado, Deputado.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) –

Os senhores estejam à vontade para regressar ao dispositivo, à Mesa de Honra. Acomodem-se novamente. E nosso Presidente proponente desta Sessão Solene, Deputado Aécio da TV, está com a palavra.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) –

Neste momento, eu quero convidar para fazer uso da palavra, que se dirija à tribuna, o nosso Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Conselheiro Edilson de Sousa Silva. Por gentileza, Doutor.

O SR. EDILSON DE SOUSA SILVA –

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Laerte Gomes, eminente Deputado Aécio da TV que preside esta Sessão nesta manhã; senhor Deputado Jair Montes; senhor Vereador que representa o Parlamento da nossa capital, Vereador Luan da TV; senhores Conselheiros a quem eu quero, Presidente, pedir vênias para nominá-los, cada um deles: Conselheiro Euler, nosso decano, homem sábio, humilde que muito nos inspira; Conselheiro Francisco Carvalho, conhecido carinhosamente por “Chico Paraíba”, homem humilde, de grande experiência, sensibilidade e tenacidade, que também serve de espelho para todos nós; eminente Conselheiro Paulo Curi Neto, jovem Conselheiro, um homem também dedicado à causa pública, estudioso do Direito, dedicado, comprometido com o bem comum, como todos os demais. O que dizer do Conselheiro Benedito Antônio Alves, nosso estimado professor que labuta nas salas de aulas, advogado, homem sensível que hoje integra a Corte de Contas, que muito nos ensina com o seu exemplo de vida. Eminente Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas, Dra. Yvonete Fontinelle de Melo, uma pessoa a quem eu tenho maior profundo respeito, admiração e amizade, pela dedicação, pelo comprometimento de estar sempre junto ali conosco para trilhar o melhor caminho para que possamos realizar as nossas atividades com o zelo adequado. Eminente Procurador Ernesto Tavares, também uma pessoa devotada à causa pública, estudioso e com a sua humildade e o seu jeito está sempre pronto a auxiliar a quem necessita ali na Administração para que todos nós alcancemos os nossos objetivos. Servidores da Casa, aqui da Assembleia Legislativa, na pessoa do Kid, que eu gostaria de saudar a

todos, abraçar e dizer que é sempre bom retornar a esta Casa, a Casa do Povo. Eminentemente colegas de trabalho, funcionários da Corte de Contas na pessoa de quem eu queria cumprimentar os demais servidores da Corte, o Francisco Lemos, que hoje está lá emprestado ao Tribunal de Contas. Quero abraçar todos eles. Dra. Rejane Sampaio dos Santos, Procuradora do Estado no exercício da presidência do Iperon, missão difícil, missão árdua, espinhosa, tenho acompanhado as angústias de Vossa Excelência.

Quero, inicialmente, louvar e reconhecer, Deputado Aécio da TV, senhores Deputados, Presidente da Assembleia, senhores Conselheiros, que eu sou tomado de profunda emoção neste momento, porque maior do que o que está no mundo é o que está em nós, que é o Espírito de Deus, que nos orienta a trilhar o caminho da justiça, o caminho da ética, o caminho da moral, da probidade e, sobretudo, do amor ao próximo. Nisso reside a razão da existência humana na terra: "Amar ao próximo como a si mesmo." É o mandamento. E o "amar ao próximo" sempre nos incomodou no Tribunal de Contas.

E, como conciliar o "amar ao próximo", sendo muitas vezes mal compreendido, o bicho papão, o que aponta o dedo, Deputado Aécio, que diz o que está errado, que diz que assim não pode ser. Fazer controle é algo espinhoso, é algo sofrido para quem é controlado e para quem é o controlador. E, muitas vezes, a gente fica ali no Tribunal, naquele prédio e se sentindo angustiado, tentando encontrar a solução para o problema, mas nós enfrentamos limitações. E a nossa limitação aumenta, e aí eu quero fazer um destaque da atuação do Presidente da Assembleia, quando nós enfrentamos uma limitação maior por parte do gestor, que não compreende, que tem dificuldade em compreender. Por isso a função pedagógica que o constituinte deu a nós é fundamental, para orientar para evitar o erro, para impedir o dano para que a sociedade tenha um serviço público de qualidade.

E, certa tarde, eu recebo não no meu gabinete, mas no gabinete da presidência do Tribunal de Contas do Estado, o Deputado Laerte, preocupado. Tinha vindo do João Paulo II, o Deputado Laerte deve se lembrar muito bem disso, e disse para mim: "Presidente, isso tem que acabar. Tem que se dar um jeito. Tem que resolver este problema". Eu, conversando com o Conselheiro Francisco Carvalho também, com o próprio Conselheiro Paulo Curi, o Conselheiro Euler, o Benedito, o Conselheiro Wilber que aqui não está, sabe por quê? Porque está capacitando. Toda a Polícia Militar está lá na Escola de Contas sendo capacitada por ele. O Conselheiro Crispim não está aqui porque está recebendo seis prefeitos lá agora, mas, me pediram para fazer o registro e agradecer aqui essa homenagem. E falo aqui como Presidente do Tribunal, porque quem deveria estar falando aqui é cada um dos Conselheiros, cada um dos servidores da Corte e do Ministério Público de Contas. O Deputado Laerte falou para mim naquele dia: "Presidente, tem que dar um jeito, tem que achar uma solução, tem que fazer alguma coisa, a gente tem que achar a solução que todos possam seguir". O Deputado Laerte deve se lembrar disso. E eu fiquei refletindo, conversando com outros Conselheiros que também estavam angustiadíssimos com essa questão da saúde. E o Conselho decidiu, a unanimidade em dizer: vamos cortar na própria carne, reduz cargo, reduz função, reduz logística, economia de luz, economia de tudo para que a

gente alcance e entregue esse recurso para o Estado. Para, com exemplo, já que nós realizamos a governança nossa também em gerir os recursos que nos são destinados no orçamento público, que nós possamos mostrar o que a gente indica nas nossas decisões, nas nossas orientações, são possíveis de fazer e o exemplo está aí, economizando. E economizar é continuar fazer com que a máquina opere regularmente com mais eficiência, com menos custos. E isso nós temos feito caminhando em tecnologia, caminhando em capacitação dos servidores dos membros do Tribunal constantemente, e conseguimos esta economia e doamos. E o Deputado Laerte volta lá no Tribunal, que eu disse a ele que a gente ia levar ao Conselho do Tribunal essa preocupação e ele se prontificou, inclusive, de comparecer lá, e aí eu falei: olha, Presidente, os Conselheiros me determinaram, foi uma determinação, porque quem manda no Tribunal não é o Presidente, é o órgão máximo de gestão, que é o Conselho Superior de Administração, com a parceria do Ministério Público de Contas que nos apoiou no primeiro instante, os servidores que também foram atingidos, mas nos apoiaram também e aí eu disse ao Deputado Laerte: "Deputado, nós estamos trabalhando aqui para ver uma economia, para a gente entregar esse dinheiro para destinar exclusivamente para o João Paulo". O Deputado Laerte, saiu de lá, ele é minha testemunha e disse: "vou fazer o mesmo, nos ajude, nos oriente, peça para os seus técnicos nos orientar, porque na Assembleia, eu vou conversar com os deputados, vamos economizar dinheiro e vamos devolver". E o Deputado volta depois comigo dizendo que já tinha uma economia de R\$ 30 milhões e que ia destinar à Saúde como um todo, no Estado também. Então, está aí o exemplo, que arrasta. E esse exemplo tem que haver uma onda do bem nas Prefeituras, nas Câmaras, no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria, em todos os órgãos, todo mundo economizar. E eu defendo mais, todos nós servidores, todos são servidores, do Presidente da República ao mais humilde servidor, deveríamos ser obrigados a sermos atendidos pelo serviço público de saúde, que aí sim, certamente iríamos melhorar. Mas, nós também nos preocupamos com o Iperon, como disse aqui muitos, ele é uma bomba de efeito retardado com data, horário, dia e local para ser autodetonar. E o Tribunal de Contas, diga-se de passagem, e a verdade tem que reinar sempre, o Tribunal vem aí, há pelo menos mais de vinte anos, isso está registrado chamando atenção, dizendo o que tem que ser feito, e orientando. Infelizmente, foram condenados ex-gestores do Iperon, foram condenados ex-gestores públicos por desídia ou falta de cuidado ou a omissão na devida providência que deveria ter sido observada com relação aos regimes próprios.

Mas, agora, o Conselho formado por todos os Conselheiros, o Conselho Superior de Administração, Deputado Aécio, entendeu que não era suficiente, que tinha que realmente dar exemplo. Então, depositar lá, passando, economizando, fechando as regionais dentro dessa decisão de contingência mesmo, para entregar esse valor ao Iperon.

Para dizer também para os demais Poderes e órgãos do Estado, Prefeituras e Câmaras, que é possível fazer para recuperar. O nosso Estado é um Estado com cinquenta e dois municípios, um Estado jovem, que temos que aprender com os erros e equívocos do passado, mas, principalmente daqueles

Estados centenários que erraram e continuam errando e está aí hoje. Basta olhar o Estado do Rio de Janeiro, o caos que lá está, Rio Grande do Sul, e por aí vai. E aprender com aqueles erros, para não praticar cargos aqui. E nós temos que evoluir constantemente. E eu me coloco nesse lugar de cidadão para evoluir, rever conceitos, para mudar atitude, porque não adianta falar e não agir, porque a palavra sem ação é como diz a Bíblia, a fé, ela é morta.

Então, nós temos exortado, e agora o Tribunal fica com mais propriedade para dizer: Senhor Governador, senhora Presidente do Iperon, senhores Presidentes de Poderes e órgãos do Estado, o Tribunal fez, Vossas Excelências podem fazer também. O exemplo do Deputado Aécio da TV, que economiza aí nas verbas dele, que repassa, e tantos outros deputados, isso tem que ser seguido por todos os Parlamentares no Estado, no Brasil como um todo. A sociedade, não aguenta mais pagar imposto e não ter saúde, não ter educação, não ter segurança, não ter infraestrutura, não tem nada. O setor produtivo, o Conselheiro Francisco Carvalho sempre nos exorta para isso, se nós não olharmos para o setor produtivo como nós vamos continuar desenvolvendo, arrecadando, para ter recursos para fazer frente às necessidades? Pois bem, nós temos essa preocupação, Deputado Aécio. E muitas vezes, como eu disse, somos condenados por falta de conhecimento como diz Vossa Excelência, como também o gestor. A maioria do gestor não é condenado por dolo não, porque se fosse nós estaríamos no pior dos mundos, muitos são condenados por falta de conhecimento e agravado porque não cuida do processo em si, que o nome dele está arrolado, abandona, deixa para lá. O Tribunal de Contas tem que seguir sob pena dos seus membros responderem civil, criminalmente e administrativamente e, muitas vezes, somos acusados e apontados como pessoas ruins, que não deixa a gestão andar, que não deixa o administrador trabalhar, e isso não é verdade.

Eu quero citar aqui três exemplos:

1 - Eu vou invocar o Ex-Governador Confúcio Moura, que falava, a equipe técnica dele dizia uma coisa, a gente do Tribunal dizia outra. E falava, dizia um, dizia outro. Certa feita eu estava próximo dele numa reunião do Ministério Público eu disse assim “- Governador, quem é que vai julgar o senhor, é a sua equipe ou é o Tribunal? Então, na dúvida, se eu fosse o senhor, eu seguiria o Tribunal”. Fato que o Tribunal, decidindo questões lá e depois, um tempo depois ele reconheceu, ele foi ao Tribunal e disse: “se não fosse o Tribunal não teríamos alcançado o que alcançamos e teríamos passado por momentos mais difíceis”. Ele teve a humildade de reconhecer.

Outro dia eu recebi o Deputado Jair Montes no gabinete, ele me pediu e eu faço sempre esse apelo a esta Casa, no dia que tiver alguma dúvida nos procurem. - Ah! Por que o Tribunal isso, o Tribunal aquilo. Nos procurem.

Dar outro exemplo: a transposição não é um sucesso maior porque não ouviram o Tribunal de Contas. Na época o Presidente era o Conselheiro Euler, me designou para acompanhar pelo Tribunal toda a transposição. Orientamos, dissemos o que tinha que ser feito. Não fizeram, Deputado Aécio, não teve cadastramento, não teve nada, tivemos que fazer uma auditoria na folha que revelou que o cadastro de todo mundo estava incompleto, tinha gente recebendo gratificação de doutorado, de mestrado não sei o que, e nem

tinha, não tinha o 2º grau, era um descontrole absoluto. E o Tribunal procurou colocar nos eixos para gerar economia e dar segurança jurídica para esse próprio servidor que quando na ativação recebia 10, vai receber R\$ 2 mil, porque vai ser aferido.

Então, o Tribunal entregou isso também. E o maior volume de recurso aplicado é na folha de pagamento, 60% de despesa do pessoal e é uma luta manter isso. O Tribunal tem sido visto como um vilão. Mas ninguém lembra, e esta Casa hoje faz justiça e eu queria agradecer com profunda emoção, Deputado Aécio e os demais Deputados que compõem este Parlamento, porque todo o poder emana do povo, que é representando por meio de Vossas Excelências aqui nesta Casa, é o povo reconhecendo a importância do Tribunal de Contas e ele é um órgão importante criado pelo próprio povo através da Assembleia Constituinte. E, naquela época, nós mostramos isso, agora, estão correndo atrás do prejuízo. Quando falamos, eu lembro que o Deputado Jesuíno foi lá: “Ah! Por que não podia, o Sindicato veio aqui dizendo que o Tribunal estava criando entrave para a transposição”. Ele foi lá um dia comigo e eu mostrei para ele, que eu tinha pedido aos deputados: visitem o Tribunal, vamos esclarecer - o Conselheiro Francisco é testemunha disso, estava comigo, inclusive -, chamei o pessoal nosso de pessoal lá, mostramos o sistema pronto só para fazer o cadastramento. Quando ele olhou, ele falou: “é isso aqui”? Eu falei: “É. Isso aqui, olha aqui o que vai trazer de benefício”.

Ele veio para esta Casa, retornou e fez o discurso dizendo que tinha estado no Tribunal e que não era bem verdade o que tinham falado para ele. Mais uma incompreensão, mais um preço que nós pagamos. Mas temos que pagar, porque temos garantias constitucionais para isso e temos o dever de atuar.

Mas também eu quero mostrar mais dois exemplos. O Tribunal de Contas hoje está trabalhando muito com tecnologia e vai continuar avançando porque avançar é preciso. E na tecnologia, Deputado Aécio que é economista, sabe que quando você pega num sistema ele pega centavos, diferença de centavos, e aí entra o julgador, no seu bom senso, para aquilatar isso melhor e entregar a prestação jurisdicional. Pois bem, nós pegamos, Deputado Aécio, quase 2 mil acumulações indevidas. O Tribunal poderia ter autuado de cara 2 mil processos. O Tribunal não fez isso. Sabe o que o Tribunal fez? Um novo Tribunal, não que o antigo estava errado, de forma nenhuma, todos agiram, do 1º Presidente, do 1º Conselheiro ao último, agiu com os meios necessários, adequados a sua época. Cada um construiu com um tijolo, com a massa correta, na dosagem correta, mas o fato que tudo muda e mudamos também.

Então, o Tribunal conseguiu e verificando isso nós notificamos a todo mundo que estava acumulando indevidamente eram os gestores. Disse, “olha, você tem um prazo de 30 dias para corrigir, corrige isso daí”. Salvo os casos evidentes de dolo ou culpa grave, aí já autuava direto e mandava para os relatores para autuar. Todos escolhiam o que não tinha o conhecimento da acumulação indevida, o que era possível ou não. Isso regularizou. De 2.000 casos, Deputado, cerca de quase 2.000 casos, sabe quantos processos foram autuados? 86 processos. Isso é uma forma de prevenir o dano e agir, ninguém quer andar na ilegalidade.

Outro exemplo: estivemos hoje na Saúde, acabei de ir lá, fui convidado, recebi os sindicatos, a imprensa junto, parlamentares estaduais, federais, com os Promotores do Ministério Público de Contas e do Ministério Público Estadual, o Secretário de Estado, enfim, todos que lá estavam, advogados e vimos que o Tribunal... - Ah, por que o Tribunal determinou! O Tribunal determinou, veja, o Tribunal pegou que a jornada de trabalho dos profissionais da Saúde não está sendo cumprida adequadamente, uns mais, outros menos. Eu não estou falando daquele que não quer trabalhar, daquele que é fantasma, esse tem que ser punido exemplarmente, mas têm muitos que têm uma peculiaridade ou outra. E o Tribunal só determinou através de um TAG de modo geral que observe a carga horária, que coloque um ponto eletrônico para ter controle, porque não tinha controle. Eu pergunto: quem aqui não tem uma colaboradora em casa, quem não tem um colaborador em uma empresa de um conhecido ou não, enfim, que não regule o ponto? É dever de todo mundo, senão vai ter problema na Justiça do Trabalho.

E o que aconteceu? - Ah! Porque são 15 plantões, 16 plantões, 12, 13, 14. O Tribunal não disse nada disso. Quem falou isso? Onde está escrito isso? Em lugar nenhum. Então, novamente nós mostramos lá que o Tribunal não fez isso, só disse: estamos promovendo as blitz da Saúde para detectar os problemas, os gargalos para em auxílio e pela função pedagógica dizer: corrija isso, corrija aquilo, melhore isso, melhore aquilo. E o Tribunal detectou. Então, o Tribunal está dizendo: "Olha, não vamos nem olhar para trás, vamos regulamentar isso aqui e vamos daqui para frente, cada regulamentação com as suas especificidades. É isso! Se é plantão, é plantão, se é fronteira, é fronteira, se é Ponta do Abunã é Ponta do Abunã e que cada um que tem os profissionais que vem de fora". - Ah, é isso é?". "É isso". Deputado Aécio, dentro da mesma reunião, com mais de..., sei lá, tinham 70 pessoas, ainda tinha um: "não, mas...". Quem disse isso? Vamos deixar claro. Então, já se falava em greve na Saúde, já se falava em não sei o quê e imputando isso ao Tribunal de Contas.

O nosso Tribunal de Contas não fez nada. Pelo contrário, ele está procurando preservar o erário, preservar a integridade patrimonial do servidor, porque ele ia ter que devolver e preservar o interesse maior da sociedade, que é ter um bom atendimento humanizado da Saúde. Veja como nós somos mal compreendidos ou muitas vezes mal compreendidos não, nós somos taxados propositadamente de vilão. Não quero dizer que nenhum servidor ou membro do Tribunal de Contas erre, é da essência humana, quem não errou foi Deus. Então, nós também temos os nossos erros e também cedemos.

Então, eu dei exemplos aqui das funções das atividades, dos deveres e da boa governança que o Tribunal está procurando fazer. Esse mérito não é do Conselheiro Edilson, isso é uma injustiça, esse mérito é de todos os Conselheiros, é de todos os membros, de todos os servidores da Corte, é de todos os membros do Ministério Público. Somos uma família e assim temos que ser e atuar, como Vossa Excelência disse, em harmonia com os demais Poderes, orientando.

Então, Deputados, a função finalística, a nossa Constituição é finalística, ela busca o único, se você resumir tudo aquilo que está na Constituição, dizer o seguinte: eu pago o meu imposto, você me devolve com uma qualidade de serviço

eficiente, eficaz e a um custo módico. E o que o Tribunal busca é só isso, só isso.

Procuramos nesse período também, o Conselho Superior de Administração se aproximar mais da sociedade, os Conselheiros têm descido para o interior, os membros do Ministério Público, os servidores, nós temos descido sabe para quê? Para visitar o Prefeito, ir lá com o servidor que é chão de fábrica, para fazer com ele, além disso, eu falei para o Deputado Jair Montes, quando nos visitou lá, ele falou aqui, no discurso, a pouco, que o gestor é enganado pelo mau profissional, que joga a culpa no Tribunal. Eu posso afirmar aos senhores aqui presentes, que hoje erra quem quer, porque o Tribunal está de portas escancaradas pelos seus membros e servidores e Ministério Público de Contas - peço vênha para falar também em nome do Ministério Público de Contas -, para tirar dúvida, Deputado Aécio. O Tribunal tira dúvidas, o Tribunal orienta, o Tribunal capacita e o Tribunal está formando.

Agora, sabe o que acontece? Têm muitos que não dão atenção. Têm muitos que quando a gente capacita o cara, o cara é bom, vem um novo gestor e troca. A rotatividade no serviço público, isso é nefasto para o gestor. Então, eu quero dizer aos senhores que nós estamos fazendo isso. Quando acaba todos os meios possíveis, aí, depois de instaurado o processo, aí nós não podemos conversar mais, conversamos dentro do processo, como manda o Código de Processo Civil Brasileiro e o nosso Código de Conduta. Que nós somos submetidos a um Código de Conduta ética e legal, a LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura), que é uma Lei Nacional.

Então, passamos a nos aproximar mais do cidadão também, falando diretamente com ele. Passamos a nos aproximar mais da imprensa para falar, para estimular o controle social, porque o controle social é fundamental. Não é um Tribunal aqui em Porto Velho que vai saber o que está acontecendo na Linha C-60 lá em Cabixi não. É quem está lá na Linha C-60 de Cabixi. O Conselheiro Francisco Carvalho vai outro dia lá comigo preocupado disse: "olha, a Emater, a Emater está enfrentando dificuldade, tem que capacitar o pessoal", tem que capacitar não sei o quê. E nós demos um jeito - não é, Conselheiro Francisco? -, para atender a Emater.

Que coisa motivadora, o agradecimento, a emoção do vídeo que gravaram, o Conselheiro Francisco Carvalho assistiu comigo, que os servidores da Emater gravaram e mandaram para o Tribunal de Contas.

Nós estamos fechando agora, passamos das 35 mil capacitações, 35 mil, não é mérito do Edilson não, isso começou desde a primeira gestão do Tribunal de Contas. Recebi isso do Conselheiro Euler. Estou cumprindo a determinação do Conselheiro Superior e passo para o meu sucessor a mesma determinação, não minha, mas do Conselho. Órgão de governança, tem que ter sequência, tem que ter continuidade, isso é governança.

Então, nós já estamos fazendo isso. E agora, no dia de hoje, o Tribunal, ainda alargando mais suas tendas, Deputado Aécio, nós estamos, entregamos hoje um local que nós alugamos para a sociedade rondoniense. A Escola Superior do Tribunal, para mim, deve ser a Escola Superior de Contas e Gestão. Nós formarmos ali o gestor do futuro, para que vereador acabou de ser eleito, vai lá para dentro, vamos capacitar ele, o que é um processo legislativo; deputado,

governador, prefeito, todo mundo, vamos lá capacitar. Aquele que está saindo da faculdade agora, quer prestar concurso? Vai para lá, não para prestar concurso, não para estudar para concurso, mas para saber o que é uma administração pública.

Passou num concurso, a gente pedir do gestor que passe pela Escola Superior de Contas. Para quê? Para que ele entre no serviço público tendo noção do que é administração pública, que é diferente da iniciativa privada.

Então, isso é mais um feito do Tribunal. Como dizer que esse Tribunal não se preocupa com a gestão? Como dizer que esse Tribunal é um órgão que impede o gestor? Isso não é verdadeiro. Para quê eu estou falando isso? E já estou me alongando demais até, para mostrar, porque esta Casa é a Casa do Povo e, eu falando aqui, o povo sabe que o Tribunal está aberto a encontrar, olhando para Constituição, olhando para as Leis e para jurisprudência, a saída adequada, com as balizas e impedimentos que a Lei nos impõe também. Então, nós fizemos isso.

Outro ponto, Deputado Aécio, senhores presentes aqui.

O Tribunal está trabalhando com sistemas. Estamos entregando vários sistemas para os gestores. Vamos entregar agora, a ordem cronológica de pagamento. Vamos entregar tantos sistemas agora, o Conselheiro Francisco esteve comigo, com o Prefeito de Ji-Paraná, estamos entregando sistemas para facilitar a vida do gestor, para que ele tenha controle das atividades dele, controle de contrato, de hora, de tudo, para que ele não incorra em equívocos.

Então, esse é um Tribunal que precisa e necessita de melhoramentos, mas é um Tribunal que vem avançando.

Sensível ao clamor popular por uma boa e regular prestação de serviço público e aplicação dos seus recursos, do gestor e do cumprimento da Lei.

Então, não é fácil ser controlador, não é fácil. Pegamos uma pecha que eu creio, não merecemos. Mas, a escola agora, como eu disse, nós ultrapassamos 35 mil capacitações, a nossa biblioteca, Deputado, tem mais de 40 mil consultas que são feitas a ela, disponibilizado também para sociedade, temos 37 mestres, mais de 200 especialistas, 07 doutores e um pós-doutor; tudo isso à disposição via escola para capacitar. Além dos membros que recebem todos os dias servidores e recebe o gestor para auxiliar, tirar dúvidas e orientar antes do processo.

Para finalizar, eu quero só deixar alguns números aqui. O Tribunal de Contas já resulta em prevenir despesas nesse período de 16 a 19, nós vamos chegar a R\$ 7 bilhões em prevenção. O nosso orçamento é R\$ 140 milhões. Vale à pena ou não? O Tribunal de Contas fiscaliza quase R\$ 13 bilhões, que ele fiscaliza, quase R\$ 13 bi, com todas as dificuldades e sem aumentar número de servidores, pelo contrário, você poder ver que a gente está reduzindo porque estamos investindo em tecnologia, mas estamos fazendo um concurso mínimo agora para repor alguns algumas funções. Nesse período todo mundo reclamava, Deputado Aécio, que o Tribunal de Contas, o cara fica 20 anos no poder, ficava 20 anos fora do poder e depois que ele era intimado. Os Conselheiros; Ministério Público; servidores, em comum acordo, todos trabalharam fora de hora, sábado, domingo, feriados para que a sociedade tivesse o seu direito subjetivo público assegurado de ter a efetiva prestação dos recursos prestados e saber quem fez bem e quem fez

mal. E mais, tirar da cabeça do gestor uma espada, que ele ficava 20 anos, 30 anos.

Então, nós chegamos agora a quase 32, nesse período de 16 agora, se pegar mais é muito mais, quase tem 32 mil processos julgados num mutirão feito. Você vai dizer: mas, 32 mil são poucos, o Judiciário.... São processos de natureza diferente. A Dra. Rejane é Procuradora e sabe disso, um embargo de declaração, um processo, uma apelação, têm apelações complicadas, têm mandados de segurança complicados e outros muito simples. Mas os processos que tramitam no Tribunal de Contas, eu posso assegurar aos senhores, são todos de complexidade, envolvendo muitas partes, muitos recursos, muito conhecimento técnico específico e precisamos ter a devida atenção. Mas isso tem um preço, todo mundo trabalhou, todo mundo está cansado. Mas o Tribunal de Contas hoje está atuando a tempo e modo para que a sociedade saiba e gente possa atuar na hora. Aconteceu irregularidade a gente está ali atuando para prevenir, para reparar e para assegurar o cumprimento da Lei.

Então, eu finalizo por aqui, porque já cansei, falando demais, mas eu não poderia, em nome dos Conselheiros da Corte de Contas, em nome, penso eu, do Ministério Público com as devidas vênias, e dos servidores da Corte não fazer aqui essa esta pequena prestação de contas. E também agradecer à Assembleia Legislativa, que para que tudo isso acontecesse, Vossa Excelência me conhece, sabe o quanto nós dialogamos aqui, em todos os projetos que vieram aqui e Vossa Excelência, inclusive, relatou grande parte deles e sempre perguntava, tirava dúvida e a Assembleia, de pronto, - eu, o Conselheiro Francisco Carvalho, designado pelo Pleno do Tribunal estivemos aqui -, e esta Casa sempre aprovou os nossos orçamentos, os nossos projetos de lei, os nossos projetos, para que o Tribunal pudesse inovar, para que o Tribunal pudesse aperfeiçoar a gestão dele, para que o Tribunal pudesse economizar para entregar de novo à sociedade. Então, a Assembleia tem direta e indiretamente participação nesses feitos alcançados pelo Tribunal de Contas, como tem pelos outros Poderes, porque tudo nasce através da Lei. A Lei é a vontade do povo, a Lei é a mens legis, é dela que surge o dever do Executivo de executar, o dos órgãos de controle de controlar e sindicat e julgar. E aí, inclui-se Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Então, senhores Deputados, senhores e senhoras aqui presentes, em nome de cada um dos membros da Corte, de cada servidor, eu peço vênias à Doutora Yonete para, em nome do Ministério Público de Contas, também agradecer essa honraria que muito nos emociona, que muito nos honra e que sinaliza que estamos seguindo na direção certa. Mas reconhecendo, humildemente, que temos muito por melhorar.

Que Deus nos abençoe, que Deus abençoe a todos. Agradecer aos servidores desta Casa, que é onde deixei muitos amigos aqui, que fui servidor desta casa, eu agradeço humildemente. E fiquei sabendo que eu fui agraciado e que, quinta-feira, estarei aqui retornando para receber um Título de Cidadão do Estado de Rondônia, - quarta-feira, quarta-feira.

Um Estado que me honra, um Estado que eu adotei como o meu berço. Nasci no Maranhão, mas fui criado aqui, então é aqui que eu devo entregar, se possível, todas as minhas forças, empregar mesmo para dar o melhor de mim, para ser um exemplo para minha filha, um exemplo para a minha esposa a

quem eu quero também agradecer, porque nesse período eu estou distante delas. Muito obrigado.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Parabéns, Dr. Edilson, pelas palavras, pela prestação de contas, pelas informações que acabou trazendo para gente aqui nesse discurso.

Eu sei que o Tribunal de Contas faz um trabalho quieto, sem barulho, sem propaganda, sem divulgação, mas um trabalho muito eficiente, um trabalho que tem um retorno muito grande para a sociedade, porque é responsabilidade do Tribunal de Contas acompanhar a aplicação do recurso público em todos os Poderes. Parabéns.

Agora chegou a vez de eu fazer o meu discurso, não é? Aquele que eu fiz ali não valeu. Eles querem que eu faça um aqui, então... É a primeira vez que eu faço uma homenagem depois, no final eu faço um discurso porque, como Presidente, você acaba discursando o tempo todo. Mas eu quero aproveitar esta oportunidade e agradecer a todos os presentes.

Cumprimentar, mais uma vez, o Presidente do Tribunal de Contas. Em nome dele, cumprimentar todos os Conselheiros.

Cumprimentar a Dra. Maria Rejane, do Iperon; cumprimentar o Vereador Luan; cumprimentar os membros do Ministério Público de Contas; cumprimentar todos os servidores e a imprensa.

Eu me dirijo aqui nesta tribuna, no final desta justíssima homenagem ao Tribunal de Contas, para fazer alguns comentários, Dr. Edilson. É bom que nós, não como pessoas públicas, mas como cidadãos, comecemos a analisar as coisas pelos números, porque, não por ser economista... E por falar em economista, eu estou sentindo muita falta do meu Professor Crispim, Conselheiro Crispim, que foi meu professor, o gênio da Econometria, a coisa mais difícil que tem, só ele que sabe, em Rondônia. Todo mundo assiste à aula dele e quando chega ao final: "rapaz, só ele entende de Econometria, mais ninguém."

Só tem ele em Rondônia que entende de Econometria." Mas eu quero falar de alguns números que nos assustam. Há pouco mais de uma semana, eu estava lendo uma notícia e vi que a nossa carga tributária na folha de pagamento é de 43,5%, a carga tributária (quanto se gasta numa folha de pagamento fora do salário). Aí você chega ao México, Bené, 21%. No Chile, pasmem os senhores, 7%.

Quero fazer outro comentário. Nos anos de 1800, quando a Coroa Portuguesa pegava os impostos aqui e levava embora, o povo brasileiro era tão indignado com a cobrança de impostos e, naquela época, sabe quanto que era? 20%. Às vezes, muitos sabem, mas alguns que estão aqui provavelmente conhecem essa expressão, mas não entendem o significado dela: "o quinto dos infernos". Você sabe o que é "o quinto dos infernos", que eles criaram naquela época? Eram esses 20% de impostos, que a população pagava e ia para o quinto dos infernos.

Agora, Conselheiro, já está quase em dois quintos dos infernos. A nossa carga está chegando perto de 40%. E o serviço está melhorando? Não. O serviço que é prestado para a sociedade está melhorando? Não. Sabe por quê? Porque a máquina, nós, os Poderes, a máquina pública custa um absurdo no Brasil. Eu vou fazer uma crítica a nós aqui: não existe justificativa. E o senhor lembra muito bem, porque eu fui relator da LDO de dois anos atrás e eu queria fazer uma mudança no congelamento, para tentar, em longo prazo, dar uma diminuída

no repasse que é feito para os Poderes. No Estado de Rondônia, 25% do que o Estado arrecada são destinados aos Poderes, todos. É uma das maiores, é a maior fatia do Brasil.

Dos R\$ 8 bilhões que arrecada no Estado, R\$ 2 para os Poderes: 25%. Mas nós, os Poderes, a classe política - e eu gosto de falar da classe política, porque eu sou dela -, não fazemos saúde, educação, segurança, infraestrutura, não. E por que custamos tanto? Eu sempre tive essa preocupação, eu sempre tive essa indignação. Entrei na política, Dr. Edilson, com cinquenta anos, por indignação e querendo fazer diferente, não no discurso. É a primeira vez que eu estou falando o que eu vou falar aqui hoje, é a primeira vez que eu estou falando aqui nesta tribuna o que eu vou falar aqui hoje, porque eu gosto do exemplo. Eu não gosto do discurso aqui, do falar, do ficar criticando por criticar. Pode ir ao meu gabinete que tem um painel lá, que nós colocamos o nome de economizômetro, copiado do impostômetro, onde as pessoas podem chegar lá e ver quanto nós estamos economizando instantaneamente neste mandato.

No primeiro dia de mandato eu fiz treze ofícios para a Advocacia da Assembleia, renunciando a todo tipo de regalias, mordomias e privilégios do meu gabinete. Renunciei 70% da verba de gabinete para contratar assessores parlamentares, renunciei 70% da verba de comissão para contratar assessor técnico, renunciei 100% de auxílio-moradia, renunciei 70% da verba indenizatória que é para exercer o mandato, renunciei motorista, renunciei carro oficial, renunciei salário extra do início de mandato que chamam de auxílio-paletó, salário extra do final de mandato, renunciei segurança. Eu fiz treze renúncias, por indignação. Eu quero dar o exemplo que é possível exercer o mandato não gastando estes absurdos que gastamos. Nós, a classe política, custamos muito caro para a sociedade. Com apenas, olhem, durante os quatro anos renunciei, não vou usar utilizar uma passagem aérea sequer e nenhuma diária durante os quatro anos. Isso aí não está lá no economizômetro, porque isso daí é uma verba que eu posso utilizar, mas não está lá. Lá no meu economizômetro está o auxílio-moradia de R\$ 5 mil por mês que eu não recebo; lá no meu economizômetro está a verba, o salário extra de início de mandato; lá no meu economizômetro estão as renúncias que eu renunciei de 70% de verba de gabinete, de verba indenizatória, de verba de comissão, mas que hoje eu gasto menos de 10%, menos de 10%. A verba de R\$ 75 mil, que com auxílio chegaria a R\$ 130 mil para contratar pessoal, eu gasto hoje doze mil, setecentos e pouco, incluindo o auxílio. É dar exemplo isso. Em 2017 economizamos R\$ 1.130.000,00, repassamos para o Hospital do Câncer. Em 2018, R\$ 1.257.000,00 para comprar um angiógrafo para o Hospital de Base. Em janeiro deste ano, que foi do mandato passado, R\$ 107 mil, está acumulando. Lá no nosso economizômetro, que é contado a partir de 1º de fevereiro, já economizamos mais de R\$ 1.090.000,00 em sete meses e vinte e três dias que está completando hoje. São R\$ 4.641,23, por dia que economizamos em nosso gabinete, apenas com verba de comissão, verba de gabinete, verba indenizatória, auxílio-moradia e o salário extra. Apenas com essas verbas, R\$ 1.090.000,00 somente de 1º de fevereiro até hoje.

Na minha campanha fiz um compromisso de economizar R\$ 5 milhões. Vamos economizar mais de sete milhões e meio nos quatro anos de mandato e sabe para quê? Para fazer isso

aí que vocês fizeram, para devolver para a sociedade, para dar exemplo, para dizer que quem precisa, nós temos que preocupar com o semelhante, temos que parar de nos preocupar com o nosso umbigo, se preocupar apenas com quem está em volta da gente. Eu não indico um familiar meu para ser CDS em lugar nenhum, pode futurar, em nenhum. Vai estudar, vai fazer concurso se quiser entrar na vida pública.

Nós temos que dar exemplo e parabéns ao Tribunal de Contas. Orçamento de R\$ 140 milhões, vocês tirando desse orçamento, R\$ 75 milhões para devolver para a sociedade, é algo maravilhoso, é algo, Presidente, de se emocionar. O exemplo arrasta!

Ano passado eu vi que a Assembleia Legislativa do Paraná devolveu R\$ 250 milhões para o Executivo. Nós temos um orçamento de R\$ 240 milhões. A minha esperança é que a gente devolva, eu falo sempre, se fosse com R\$ 10 milhões, a gente fazia a mesma coisa, mas são R\$ 240. Mas, a minha esperança, sinceramente, independente desses sete milhões e meio que eu vou devolver do meu gabinete, eu espero que a Assembleia também continue fazendo o que o Deputado Laerte está fazendo, para que a gente possa devolver pelo menos R\$ 50 milhões por ano da Assembleia, do corpo da Assembleia para o Executivo investir em quem mais precisa. Quem faz investimento na sociedade é o Executivo. É lá que faz saúde, é lá que faz educação, é lá que faz segurança, tanto é que o que eu economizo aqui, eu não posso mandar lá para comprar um angiógrafo. Tem que fazer remanejamento, devolver para o Executivo, mandar para o Fundo Estadual de Saúde, para fazer a aquisição do angiógrafo. Esse ano eu vou repassar mais de um milhão e oitocentos mil reais da economia de 2019, e vamos continuar fazendo isso.

Então, eu me encho de orgulho, é a primeira vez que eu estou falando isso aqui na tribuna, eu nunca falei isso aqui na tribuna. Eu não faço isso para chocar "A" ou "B" ou "C" ou deputado, cada um faz o seu mandato da forma que ele quiser.

Eu faço do meu jeito e, graças a Deus, o meu filho faz a mesma coisa lá. Tem R\$ 15 mil lá de verbas indenizatórias, ele não gasta nenhum centavo na Câmara Municipal; tem R\$ 36 mil para contratar assessores, ele gasta R\$ 6.600,00 dos R\$ 36 mil, para devolver para o Executivo, igual foi feito no final do ano quando o Maurício devolveu dois milhões e quatrocentos, estava incluída a economia dele. E ele vai continuar fazendo porque essa é a nossa bandeira. Nós queremos dar exemplo.

E dizer nós, os Poderes; nós, a classe política, custamos muito caro para a sociedade. A carga tributária no Brasil é um absurdo e não sobra nada para investir na população. A estrutura, os Poderes, nós custamos um horror e a sociedade não aguenta mais pagar essa conta.

Parabéns ao Tribunal de Contas! Parabéns! O que vocês estão fazendo é um exemplo que vai entrar pelo País afora, que vai entrar em todos os Poderes, porque é isso que precisa ser feito. A sociedade não aguenta mais pagar essa conta.

Muito obrigado. É muito fácil a gente ficar pedindo mudança, pedindo mudança, pedindo mudança e nunca cortar da própria carne. A gente ser o objeto da mudança, o elemento da transformação, tão bom é a gente fazer e deixa que vai acontecendo.

O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias) – Senhor Presidente, o último momento regimental no qual o senhor encerra esta Sessão Solene. Fique à vontade.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Mais uma vez eu quero agradecer a todos; agradecer a todos os que vieram, a todos

que prestigiaram principalmente ao Tribunal de Contas, composto pelos senhores e toda a estrutura do Tribunal, todos os servidores. Eu quero, de coração, dizer muito obrigado mesmo pelo exemplo que vocês estão dando para a sociedade, para o nosso País. Foi bom ter vocês aqui. Como a gente, é de praxe corta tudo lá, Dr. Edilson, então, a Jane até perguntou para mim na última vez assim, falou assim: "nas cerimônias normalmente tem um coquetel". Eu falei: - não, não. No meu não precisa não, não precisa gastar esse dinheiro não, porque.

Então, a gente corta tudo. Lá tem um carro no gabinete que ele sofre comigo e quem é do gabinete disso. Lá tem um Onix, eu ando no meu próprio carro, eu não tenho carro da Assembleia e nem tenho carro alugado nada, eu ando no meu próprio carro, eu mesmo sou motorista, muito engraçado. Tem que gente que fala assim: "mas o senhor não tem um motorista?". Eu falo: "Rapaz, eu aprendi a dirigir com 18 anos, virei deputado, o cara desaprende dirigir? O que é isso? Eu tenho que continuar dirigindo o meu carro. E agora tenho um filho também, eles pegam e dirigem, mas eu não preciso".

Então, lá no meu gabinete, tem um Onix, que não é o que eu ando, é o que os assessores fazem o trabalho com as emendas que a gente aplica na educação e precisa muito visitar as escolas. É outro modelo maravilhoso, colocar nos Conselhos Escolares os recursos das emendas. As nossas obras custam menos da metade do preço do que é feito pelas Secretarias, colocando lá nos Conselhos Escolares, sem indicação de empresa lá. O Conselho Escolar é que faz a escolha, paga, presta conta e funciona muito bem. A gente tem feito quadra coberta por R\$ 130 mil, duas quadras cobertas, uma aqui na Dom Pedro, e uma no Colégio Mariana por R\$ 130 mil reais.

Só para dar um exemplo de como multiplica esses recursos, não é? E aí, como eu disse, a gente tem o carrinho lá e o carrinho lá é o seguinte: só pode abastecer duas vezes por mês. Aí, se acabar a gasolina dia 20 para, mas, é uma determinação...

O SR. EDILSON SOUSA SILVA – Se parar tem que justificar.

O SR. AÉLCIO DA TV (Presidente) – Tem que justificar, não pode parar, tem que ir no teu ou qualquer coisa, não pode parar o serviço. Então, economiza para não precisar, nunca vai gastar. Então, a gente tem uma despesa de verba indenizatória na faixa de R\$ 450,00, por mês de combustível, desse onixinho que faz duas... Mas eles aprenderam tanto a lição de casa, vocês acreditam que tem mês que eles estão tão seguros que neste ano, dos 7 meses, têm dois meses que só teve um abastecimento. É um exemplo, eles estão segurando o carrinho para não precisar ficar rodando, porque é dinheiro público. A gente tem que cuidar do dinheiro público mais do que do nosso.

É assim que eu faço com dinheiro público. Dinheiro público não é meu. O meu eu posso fazer o que eu quero, mas, o público não, o público tem que ser seguro. Mas é só para descontraí-los um pouquinho, mas eu quero agradecer de coração todos vocês.

Invocando a proteção de Deus e agradecendo a presença de todos aqui nesta manhã, e agora já tarde, damos por encerrada a presente Sessão Solene e convidamos a todos para um coquetel que será servido no Salão Nobre desta Casa e tenham todos uma ótima tarde. Obrigado, gente, pela presença de todos.

(Encerra-se esta Sessão Solene às 13 horas e 40 minutos).

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº 269/2019-SRH/D/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ATO Nº 238/2019-SRH/D/P/ALE, de 13/09/2019, publicado no DO-e-ALE/RO, nº 157, pág. 3412, de 18/09/2019, que concedeu diárias ao Deputado Estadual JEAN CARLOS SCHEFFER OLIVEIRA, conforme Processo nº 0014079/2019-64.

Porto Velho - RO, 26 de Setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 270/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina o Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 29/09/2019 a 02/10/2019, ao Deputado Estadual ELCIRONE MOREIRA DEIRO, cadastro nº 200165392, conforme Processo nº 00014788/2019-95.

Porto Velho - RO, 26 de Setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 271/2019-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967 de 10 de janeiro de 2018 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 30/09/2019 a 04/10/2019, a servidora relacionada que irá ministrar o Curso de Planejamento e Organização de Eventos, no município de Buritis - RO, conforme processo nº 00014787/2019-94.

Matrícula: 100002676

Nome: Regina Celia de A. El Rafihi

Cargo: Técnico Legislativo

Lotação: Esc.Legislativo

Porto Velho - RO, 26 de Setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3604/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018 e considerando o contido no Processo Administrativo nº 00013040/2019-97, resolve,

CONCEDER:

Licença Prêmio por Assiduidade, nos termos do Artigo 123 da Lei Complementar nº. 68/92 de 09 de dezembro de 1992, ao servidor **AMARO APOLUCENO RIBEIRO**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 100005315, pertencente ao Quadro Efetivo desta Casa Legislativa, lotado no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, no período de 01/10/2019 a 30/12/2019.

Porto Velho, 26 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3576/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação do Servidor **ALTAMIR GONÇALVES DA ROSA**, matrícula 200166814, Assistente Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3404/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **ANA VALERIA RODRIGUES**, matrícula 200166606, Assistente Parlamentar, para o código ASP-18, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3400/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

ANTONIO FRANCISCO DE MOURA FILHO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3567/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **ANTONIO MENDES OLIVEIRA FILHO**, matrícula 200167098, para Assessor Técnico, e relatar na Divisão de Biblioteca, da Diretoria Administrativa - Escola do Legislativo, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3575/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **APARECIDA MARTINS DOS SANTOS DANTAS**, matrícula 200166467, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Aécio da TV, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3366/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

CARLOS ARCEU UCIPALIZ MARIANO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código

ASP-19, do Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 02 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3388/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

CLAUDIANE DE ALMEIDA NUNES, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 03 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3162/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

DURVAL BEZERRA, do Cargo de Provimento em Comissão, a contar de 24 de outubro de 2018.

Porto Velho, 01 de agosto de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3566/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **ELIZANIA DE SOUZA ALVES**, matrícula 200166917, Assistente Técnico, para o Gabinete do Superintendente de Finanças, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3406/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

EVANIA NERY DE ALMEIDA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3475/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados, para Gabinete Deputado Ismael Crispin, a contar de 02 de setembro de 2019.

Nome	Matrícula
FRANCISCO ERIVALDO FERREIRA COSTA	200166187
JORBERSON MEIRELES COUTINHO	200166186
ELEN CHAGAS DA SILVA	200166191
MIRIM OLIVEIRA DE AREAUJO	200166190
CLAUDOMIRO GONÇALVES	200166198
FRANCISCO PAULO ROBERTO GOMES	200166197
MATHEUS ITALO DE FREITAS MOREIRA	200166199

Porto Velho, 10 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3562/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **GABRIELA FERREIRA DE MENEZES**, matrícula 200167287, para Assessor Técnico, e relatar no Gabinete do Controlador - Controladoria Geral, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3570/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **GLORIA RODRIGUES ALVES DE ASSIS**, matrícula 200166474, para Assistente Técnico, e relatar no Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3405/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A referencia do Cargo em Comissão da Servidora **HELEN CRISTINE DO NASCIMENTO FERREIRA**, matrícula 200167059, Assistente Parlamentar, para o código ASP-18, do Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3580/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão do Servidor **HENRY ALVES CALIXTO**, matrícula 200166262, para Chefe de Divisão de Estudos, Pesquisas e Informações Legislativa, código DGS-3, do Departamento de Apoio a Produção Parlamentar – Secretaria Legislativa, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3574/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação da Servidora **IZABELE SUELLE BARBOSA DE SOUSA**, matrícula 200166469, Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3403/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **JASMIRA PEREIRA DA SILVA OLIVEIRA**, matrícula 200166129, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3573/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **JONAS DE OLIVEIRA RODRIGUES**, matrícula 200166786, Assistente Técnico, para o Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3571/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão do Servidor **JOSE CARLOS PEREIRA PAIM**, matrícula 200162134, para Assistente Técnico, e relatar na Divisão de Recepção - Departamento de Cerimonial, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3364/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

JULIANA CRISTINA SCHABATOSKI FERREIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente técnico, código AST-12, no Gabinete da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 02 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3564/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **KENILLA PAGOTO DE AZEREDO**, matrícula 200167091, para Assessor Técnico, e relatar na Assessoria da Mesa Diretora – Secretaria Legislativa, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3399/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

N O M E A R

LEONARDO RAMOS DA SILVA VIEIRA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Anderson Pereira, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3413/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão da Servidora **LUCINETE COSTA GOMES**, matrícula 200166478, Assistente Técnico, para o código AST-23, do Gabinete da Comissão Permanente de

Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 06 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3590/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **MAIONES SOUZA GOMES**, matrícula 200165428, Assistente Parlamentar, para o código ASP-14, do Gabinete da 2ª Secretaria – Deputado Dr. Neidson, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 13 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3594/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação da Servidora **MARIA HELOISA PAIXAO DA SILVA MACHADO**, matrícula 200166468, Assessor Técnico, para o Gabinete da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 13 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3381/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

E X O N E R A R

NUCILENE DE ALMEIDA GOMES CERQUEIRA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, do Gabinete do Deputado Lebrão, a contar de 01 de setembro de 2019.

Porto Velho, 03 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3568/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **PATRICIA VILAS BOAS DA SILVA**, matrícula 200167150, para Assistente Técnico, e relatar na Divisão de Biblioteca, da Diretoria Administrativa - Escola do Legislativo, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3584/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

Cargo em Comissão da Servidora **RAFAELA BARBOSA VIEIRA**, matrícula 200166192, para Assessor Técnico, e relatar na Gerência de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento - Superintendência de Recursos Humanos, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3565/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

O Cargo em Comissão da Servidora **RAIANY SOARES SALES**, matrícula 200167309, para Assistente Técnico, e relatar na Divisão de Transporte – Departamento de Almoxxarifado e Patrimônio, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3585/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

A L T E R A R

A lotação do Servidor **RENAN DE AQUINO FIGUEIREDO**, matrícula 200166432, Assessor Técnico, para o Gabinete do Deputado Marcelo Cruz, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3338/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

RENAN ROCHA CANDIDO ASSUNÇÃO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-20, do Gabinete do Deputado Edson Martins, a contar de 21 de agosto de 2019.

Porto Velho, 21 de agosto de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3589/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do Servidor **RONALDO BATISTA ALEXANDRE**, matrícula 200167024, Assistente Parlamentar, para o código ASP-06, do Gabinete do Deputado Jhony Paixão, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 13 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3407/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

NOMEAR

TALISMAR DO NASCIMENTO PINHEIRO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, no Gabinete do Deputado Adelino Follador, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 04 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3579/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

O Cargo em Comissão da Servidora **VANDERLENE ARAUJO VICENTE**, matrícula 200167408, para Assistente Técnico, código AST-26, e relatar no Gabinete do Secretário Geral, a contar de 02 de setembro de 2019.

Porto Velho, 12 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3476/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

ALTERAR

A lotação dos servidores relacionados, para Gabinete da 1ª Secretaria - Deputado Ismael Crispin, a contar de 02 de setembro de 2019.

Nome	Matrícula
VITOR HUGO MARCHESINI	200166200
DIRCEU ROBERTO ROHSLER	200166427
JIVALDO AGRIPINO BRITO	200166429
LINCOLN JOSE PEREIRA DA SILVA	200166431
RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO	200166430
MAGNA APARECIDA BARBOSA	200166483

Porto Velho, 10 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº3362/2019-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

EXONERAR

WANDER WESLEY CARVALHO BARBOSA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Parlamentar, código ASP-12, do Gabinete do Deputado Alex Silva, a contar de 01 de setembro de 2019.

Porto Velho, 02 de setembro de 2019.

LAERTE GOMES
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

SECRETARIA LEGISLATIVA**DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.100
DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.**

Concede o Título Honorífico de Cidadã do Estado de Rondônia a Reverendíssima Irmã Lina Maria Ambiel.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Cidadã do Estado de Rondônia a Reverendíssima Irmã **LINA MARIA AMBIEL**, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de setembro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 4.599, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação do cartão/carteira de vacinação para matrícula de crianças nas redes de ensino do Estado de Rondônia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos dos §§ 5º e 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. As escolas das redes pública e particular de ensino do Estado de Rondônia deverão exigir dos pais ou responsáveis pelos alunos, no ato da matrícula ou rematrícula escolar, a apresentação do cartão/carteira de vacinação dos alunos, devidamente atualizada ou de documento similar.

Parágrafo único. Caso o documento de que trata o *caput* indique irregularidade na vacinação do aluno, cabe à instituição escolar informar aos pais ou responsáveis que existe

vacinação pendente e orientar a procurarem imediatamente um posto de saúde para regularizar a imunização do aluno no prazo de 30 (trinta) dias sob pena de comunicação ao Conselho Tutelar para as providências legais cabíveis.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 19 de setembro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

LEI Nº 4.595, DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

Institui a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia decretou, e eu, nos termos dos §§ 5º e 7º do artigo 42 da Constituição Estadual, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído a Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia, como estratégia permanente do Poder Público para a prevenção desses eventos e para o tratamento dos condicionantes a eles associados.

Parágrafo único. A Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia será implementada em cooperação com os Municípios, e com a participação da sociedade civil e das instituições públicas e privadas.

Art. 2º. São objetivos da Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia:

- I - promover a saúde mental;
- II - prevenir a violência autoprovocada;
- III - controlar os fatores determinantes e condicionantes da saúde mental;
- IV - garantir o acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio;
- V - abordar adequadamente os familiares e as pessoas próximas das vítimas de suicídio e garantir-lhes assistência psicossocial;

VI - informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância e a relevância das lesões autoprovocada como problemas de saúde pública passíveis de prevenção;

VII - promover a articulação intersetorial para a prevenção do suicídio, envolvendo entidade de saúde, educação, comunicação, imprensa, polícia, entre outras;

VIII - promover a notificação de eventos, o desenvolvimento e o aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados, envolvendo os Municípios e os estabelecimentos de saúde e de medicina legal, para subsidiar a formulação de políticas e tomadas de decisão; e

IX - promover a educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção quanto ao sofrimento psíquico e às lesões autoprovocadas.

Art. 3º. O Poder Público manterá serviço telefônico para recebimento de ligações, destinado ao atendimento gratuito e sigiloso de pessoas em sofrimento psíquico.

§ 1º. Deverão ser adotadas outras formas de comunicação, além do previsto no *caput* deste artigo, que facilitem o contato, observados os meios mais utilizados pela população.

§ 2º. Os atendentes do serviço previsto no *caput* deste artigo deverão ter qualificação adequada, na forma de regulamento.

§ 3º. O serviço previsto no *caput* deste artigo deverá ter ampla divulgação em estabelecimentos com alto fluxo de pessoas, assim como por meio de campanhas publicitárias:

I - a divulgação em estabelecimentos, prevista ocorrerá por meio de cartazes, *outdoors* entre outros meios, em locais visíveis e de fácil acesso a população;

II - devem constar informações acerca da Política Estadual de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Estado de Rondônia, bem como telefones para contato; e

III - devem constar também informações de outros programas existentes que tratem de prevenção ao suicídio e automutilação, bem como algum método de contato (telefone, *e-mail* ou endereço).

Art. 4º. O Poder Público poderá celebrar parcerias com empresas provedoras de conteúdo digital, mecanismos de pesquisas da *internet*, gerenciadores de mídias sociais, entre outros, para a divulgação dos serviços de atendimento as pessoas em sofrimento psíquico.

Art. 5º. Os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada são de notificação compulsória pelos:

I - estabelecimentos de saúde públicas e privadas às autoridades sanitárias; e

II - estabelecimentos de ensino público e privados ao Conselho Tutelar.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por violência autoprovocada:

I - o suicídio consumado;

II - a tentativa de suicídio; e

III - o ato de automutilação, com ou sem ideação suicida.

§ 2º. Nos casos que envolverem criança ou adolescente, o Conselho Tutelar deverá receber a notificação de que trata o inciso I do *caput* deste artigo, nos termos do regulamento.

§ 3º. A notificação compulsória prevista no *caput* deste artigo tem caráter sigiloso, e as autoridades que a tenham recebido ficam obrigadas a manter sigilo.

§ 4º. Os estabelecimentos de saúde públicas e privadas previstos no inciso I do *caput* deste artigo deverão informar e treinar os profissionais que trabalham em seu recinto quanto aos procedimentos de notificação estabelecidos nesta Lei.

§ 5º. Os estabelecimentos de ensino público e privados de que trata o inciso II do *caput* deste artigo deverão informar e treinar os profissionais que trabalham em seu recinto quanto aos procedimentos de notificação estabelecidos nesta Lei.

§ 6º. Regulamento disciplinará a forma de comunicação entre o Conselho Tutelar e a autoridade sanitária, de forma a integrar suas ações nessa área.

Art. 6º. Os profissionais que forem selecionados para prestar assistência serão capacitados para realizar atendimento especializado e adequado.

Art. 7º. Nos casos que envolverem investigação de suspeita de suicídio, a autoridade competente deverá comunicar à autoridade sanitária a conclusão do inquérito policial que apurou as circunstâncias da morte.

Art. 8º. Aplica-se, no que couber, à notificação compulsória prevista nesta Lei, o disposto na Lei Federal nº 6.259/75.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 19 de setembro de 2019.

Deputado LAERTE GOMES
Presidente – ALE/RO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 010 GP-SPO/ALE/2019

Porto Velho, 25 de setembro de 2019.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da
Assembleia Legislativa do Estado de
Rondônia

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 4.455/2019, § 1º, do Artigo 7º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE NEGATIVO				
01.001.01.122.1020.2082	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA MANTER A ADMINISTRACAO DA UNIDADE	3.3.90.39	100	20.000,00
		TOTAL		20.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
AJUSTE POSITIVO				
01.001.01.122.1020.2082	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA MANTER A ADMINISTRACAO DA UNIDADE	3.3.90.92	100	20.000,00
		TOTAL		20.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Laerte Gomes
Presidente

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019/ALE-RO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 010/2019/PPP/ALE/RO

Processo Administrativo nº 7309/2019-07

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, com sede na Av. Farquar, 2562 – Bairro Olaria, CEP:76.801-189, em Porto Velho/RO, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 04.794.681/0001-68, daqui em diante denominada **ALE/RO**, representada, neste ato, pelo Secretário Geral, Sr. Arildo Lopes da Silva, na forma regimental e, em conformidade com o resultado do **Pregão Eletrônico nº 010/2019/PPP/ALE/RO**, devidamente homologado às fls. 472/473 nos autos do **Processo Administrativo nº 7309/2019-07**, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se a parte às normas constantes na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e de forma parcelada de cartuchos e toners para uso em impressoras multifuncionais**, a pedido do **Superintendência de Tecnologia da Informação**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme especificações do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão Eletrônico nº 010/2019/PPP/ALE/RO, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR: POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI – CNPJ 31.808.307/0001-47, com sede na Rua Madre Monica Maria, 222 – Conjunto Habitacional Lea Leal, CEP: 87.040-440, Maringá/PR, Fone: (44) 3354-7160, neste ato representado por Daiane Fernandes, portadora da Carteira de Identidade nº 136.131.179-6 do CPF 099.074.009-98, e-mail: pointerdistribuidora@hotmail.com

SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORA HP LASERJET PRO 400 M401

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Unit
3	3.1	Toner para impressora HP LASERJET PRO 400 M401. Código: CF280XZ - PRETO	Unid.	200	HP - CF280XZ	780,00

SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORA HP LASERJET P2055DN

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Unit
4	4.1	Toner para impressora HP LASERJET P2055DN - Código: CE505X - PRETO	Unid.	200	HP - CE505X	775,00

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da publicação no D.O – e – ALE/RO, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.4.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7. O cancelamento de registro nas hipóteses previstas nos itens 4.6.1, 4.6.2 e 4.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.8.1. por razão de interesse público; ou

4.8.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registros, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (*se houver*).

Porto Velho-RO, 25 de setembro de 2019.

Arildo Lopes da Silva
SECRETÁRIO GERAL – ALE/RO

DAIANE
FERNANDES:09907400998
Assinado de forma digital por DAIANE
FERNANDES:09907400998
Dados: 2019.09.26 14:28:15 -03'00'
Daiane Fernandes
Representante Legal
POINTER DISTRIBUIDORA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI

Pointer adistribuidora Suprimentos
para Informática eireli
CNPJ 31.808.307/0001-47
I.E. 90795504-40
Tel. (44) 3354-7160